

Junqueira:

PROCURADOR ACHA MAIS PRUDENTE



O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, quer decretar a quebra do sigilo bancário e fiscal do economista José Carlos Alves dos Santos e de 12 parlamentares que estão sendo investigados pela CPI do Orçamento. Ele encaminhou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) parecer favorável ao atendimento dos pedidos de diligências do delegado da Polícia Federal Magnaldo José Nicolau da Costa. Junqueira não pretende usar os documentos obtidos pela CPI, pois acha mais prudente percorrer todos os caminhos feitos pelos parlamentares e conseguir as mesmas provas através do STF. Essa cautela tem como objetivo evitar que eventuais suspeitas contra a CPI possam interferir no trabalho da Justiça.

Junqueira deu uma prova deste cuidado ontem quando emitiu o parecer favorável à requisição de documentos à Receita e ao BC, medida que depende da quebra de sigilo fiscal e bancário de Santos e dos parlamentares. Estes documentos já foram obtidos pelo Congresso, mas o procurador-geral acha mais adequado que as peças constantes do inquérito que ele deve apresentar à Justiça, e que vai orientar a denúncia, sejam obtidas diretamente na fonte.

Hoje, o ministro Moreira Alves, relator provisório do inquérito, decide se fica com o caso e encaminha ofícios à Receita e ao Banco Central requisitando os documentos pedidos pelo delegado e pelo procurador-geral. Além

da quebra do sigilo bancário e fiscal, o delegado pede ainda para que o STF solicite à CPI cópias autenticadas de todos os documentos encontrados na casa de Santos. No despacho encaminhado ontem, Junqueira alega que "as providências solicitadas são imprescindíveis ao esclarecimento dos fatos delituosos".

Segundo Junqueira, sua resistência em usar os documentos da CPI nada tem a ver com a postura de seus integrantes, que não estão repassando informações aos subprocuradores Mardem Costa Pinto e Haroldo Ferraz da Nóbrega, representantes do Ministério Público junto à Comissão. Embora

tenha estranhado essa atitude dos parlamentares, pois na CPI que apurou o esquema PC, no ano passado, os procuradores Italo Fioravanti e Odim Ferreira tiveram acesso irrestrito aos trabalhos, Junqueira garante que não está preocupado. Segundo o procurador, o resultado da CPI não influiu no inquérito policial,

que é fundamental para a apresentação da denúncia e que deve gerar o processo criminal.

O delegado Magnaldo Nicolau quer investigar as contas e as declarações de renda dos deputados João Alves (PPR-BA), Genebaldo Correia (PMDB-BA), Ricardo Fiúza (PFL-PE), Cid Carvalho (PMDB-MA), Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), Fábio Raunheitti (PMDB-RJ), José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), Flávio Derzi (PP-MT), Manoel Moreira (PMDB-SP), Severino Sérgio Estrelita Guerra (PSB-PE), e dos senadores Saldanha Derzi (PP-MT) e Ronaldo Aragão (PMDB-RO).

**Junqueira dá
parecer favorável
a pedido de
quebra do sigilo
bancário e fiscal
de José Carlos e
de 12
parlamentares,
encaminhado
pela PF.**

PERCORRER DE NOVO OS CAMINHOS JÁ FEITOS PELOS PARLAMENTARES

inquérito paralelo